



Declaração da Assembleia Mundial dos Habitantes (FSM, Túnis, 29 de março de 2013)

**Não toque na minha terra, na minha água, na minha casa, nos meus militantes!
Pelos territórios rurais e cidades harmoniosas que respeitam as diversidades e as culturas**

A lógica capitalista, na qual as cidades se desenvolvem de maneira predadora sobre o campo, promove a especulação, os megaprojetos e a grilagem de terras, da água e dos recursos naturais, destruindo ecossistemas que ligam esses dois meios. O discurso dominante considera a urbanização como inevitável e a indústria agroalimentar como a única capaz de erradicar a fome e a pobreza.

Essa lógica torna invisível o fato de que as cidades são construídas pelos habitantes e que os camponeses e camponesas são aqueles que alimentaram, alimentam e alimentarão o planeta. Na realidade, os grandes produtores alimentam apenas 20 % do planeta, conduzindo políticas agressivas que destroem a natureza e os seres humanos.

Face a essa situação, a Assembleia Mundial dos Habitantes exige uma mudança de modelo-paradigma do sistema capitalista neoliberal, em favor do planeta e dos seres humanos. Nesse sentido, reivindicamos a propriedade coletiva e outras formas de uso e gestão comunitária tradicionais como alternativas à propriedade privada, e o reconhecimento da função social do habitat, mais justa, humana e durável.

Exigimos a segurança dos direitos de uso sobre o fundiário e a soberania alimentar. Reivindicamos valores e propostas que abranjam o direito à cidade e que se baseiem nas formas participativas, diretas e comunitárias de democracia, no marco do bem-viver.

Os povos já criaram numerosas alternativas e fizeram propostas; é preciso pressionar e reforçar as articulações e a solidariedade entre os movimentos rurais e urbanos para construir alianças de resistência nacionais e internacionais.

Somos solidários com as lutas de organizações de moradores e camponeses, resistimos coletivamente e exigimos a cessação de toda criminalização dos movimentos sociais e dos militantes engajados nas lutas pelo respeito e aplicação dos direitos humanos: à terra, à água, à alimentação, à moradia, à cidade...

Desejamos que as leis que fazem referência explicitamente aos pactos internacionais pelos direitos humanos, tais como o PIDESC, o Direito à Alimentação, a Convenção 169 da OIT, traduzam esses direitos, a fim de evitar todo tipo de despejo; e que eles sejam promovidos em nível nacional e local, como nos casos das leis adotadas na Venezuela e na Argentina¹. Apoiamos todas as iniciativas de Lei que afirmem esse princípio, em particular aquelas de iniciativa popular, como a lei de regulamentação da doação em pagamento, de cessação dos despejos e de aluguel social na Espanha.

Solicitamos a liberação imediata de todos aqueles e aquelas que estão detidos por terem ocupado terras e moradias e por terem resistido a despejos.

Defendemos a luta de todos os desalojados, em particular a luta haitiana contra o despejo ilegal e forçado dos acampamentos de desalojados.

Estamos empenhados em fortalecer a convergência das lutas das organizações de moradores por meio da troca de experiências, da partilha de estratégias, de ferramentas e de uma agenda comum:

- A Assembleia Mundial dos Habitantes 2013 convida a denunciar ao Tribunal Internacional de Despejos (próxima sessão em Genebra em outubro de 2013) as violações do direito à moradia, sobre as quais o Tribunal emitirá recomendações.
- Essa será uma das atividades previstas durante as Jornadas Mundiais Despejos Zero – pelo Direito de Habitar, todo o mês de outubro, cujo objetivo é chamar a atenção sobre as lutas pelo direito à moradia e a um habitat digno.
- A Assembleia deseja que a Campanha sobre a função social do solo urbano, da terra, da cidade e da moradia tenha alcance mundial e impulse os governos a assumirem suas responsabilidades ligadas à gestão dos bens comuns.
- Apoiamos os esforços dos povos árabes no sentido de implementar novas perspectivas de gestão do solo urbano, da terra e dos recursos naturais, com base nos direitos humanos, do meio ambiente e nas responsabilidades dos habitantes.
- Apoiamos o esforço dos representantes das organizações de habitantes e das redes internacionais que se encontraram em Túnis no dia 27 de março para dar vida a uma rede continental, a Rede Panafricana das Organizações de Habitantes. Essa rede tem por objetivo reforçar as lutas locais por meio da solidariedade mútua entre redes e organizações. Por isso, convidamos todas as redes internacionais envolvidas a se unirem e apoiarem esse esforço, e também a darem sua contribuição ao Grupo de Trabalho que promove seu desenvolvimento.

Agenda de mobilização dos habitantes:

- Durante todo o mês de outubro: Jornadas Mundiais Despejos Zero - pelo Direito de Habitar

SIM à reprodução da vida, NÃO à reprodução do lucro!

SIM ao direito à terra, à moradia e à cidade!

Info: www.habitants.org - <https://www.facebook.com/events/498799256828990/>

Adesões: amh-wai2013@habitants.org

¹ Venezuela (Lei de iniciativa popular aprovada pelo parlamento em 11/11/2012 para regularização e controle dos aluguéis imobiliários) e Mendoza, Argentina (Lei n° 7684 de modificação do Código do Processo Civil de 11/09/2009).